

# Notas Explicativas

## 1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (DCON IFRS) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON IFRS consolidam as contas das Unidades Gestoras integrantes do Órgão.

As estruturas e a composição das DCON IFRS estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;
- VII. Notas Explicativas.

## 2 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Canoas, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

### a. Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

### b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

### d. Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k. Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houve, ao longo do 4º trimestre de 2019, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

### 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 31/12/2019, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, com 78,80% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2018:

**Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	4.016,40	21.857,77	-81,62	21,20
RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	14.933,26	4.327,01	245,12	78,80
	<b>18.949,66</b>	<b>26.184,78</b>	<b>-27,63</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

a. Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS - Campus Canoas, na modalidade de caução.

b. Recursos Liberados pelo Tesouro

A seguir está representada a composição dos saldos dos recursos liberados pelo tesouro perfazendo todo o montante em Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados,

**Tabela 2 – Recursos Liberados pelo Tesouro – Composição.**

	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Recursos Não Financeiros Diretam. Arrecadados	14.933,26	4.327,01	245,12	100,00
Recursos Dest. A Manut. E . Des. Do Ensino	-	-	-	0,00
<b>Total</b>	<b>14.933,26</b>	<b>4.327,01</b>	<b>245,12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

### 5 – Estoques

a. Almojarifado e Outros Estoques

O IFRS Campus Canoas armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, materiais de expediente, material de limpeza, material para manutenção de bens móveis e imóveis, estoque de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos, entre outros.

Há divergências entre o saldos das contas de estoque do Relatório mensal do almojarifado e contas contábeis de estoque na data de 31/12/2019.

Além disso, conforme e-mail's enviados pelo setor de almojarifado não foram feitas contagem do estoque físico até o encerramento do ano para averiguação dos saldos do sistema informatizado de controle do almojarifado para fazer os devidos ajustes neste sistema e por consequência fazer os ajustes contábeis. Desta forma, os saldos apresentados das contas desse relatório e das contas contábeis não refletem a realidade do que se tem em estoque na data de 31/12/2019. Por consequência prejudicando o grau de confiabilidade destes saldos no Balanço Patrimonial do Campus Canoas.

## 6 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de despesas pagas antecipadamente a Taxa de Coleta de Lixo e limpeza Urbana de 2020 cobrada pela Prefeitura Municipal de Canoas, com evolução de saldo conforme segue:

**Tabela 3 – VPD Paga Antecipadamente – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR	3.449,28	-	100,00%	100,00
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR		-	100,00%	0,00
	<b>3.449,28</b>	-	100,00%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

## 7 – Créditos a Longo Prazo

Em 07/2019 foi feito o registro Contábil do valor principal, multa, atualização monetária e encargos legais atualizados até 10/05/2019 referente a inscrição em Dívida Ativa não Tributária da Empresa Sul Brasil Serviços Terceirizados por multa de infração de Contrato 22/2017 – Serviços de Jardinagem.

Foi solicitado por e-mail no dia 05/12/2019 a Procuradoria Jurídica do IFRS o relatório com valores atualizados para o devido registro contábil de atualização do saldo da Dívida Ativa. Porém até o encerramento do exercício não foi obtido retorno por parte deste Setor.

A seguir está a composição do saldo da Dívida Ativa

**Tabela 4 – Créditos a Longo Prazo – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Dívida Ativa Não Tributária	2.930,60	-	100,00%	100,00
	<b>2.930,60</b>	-	100,00%	100,00%

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

## 8 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2019, o Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 17.319.972,05 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2019.

**Tabela 5 – Imobilizado – Composição.**

	31/12/2019	31/12/2018	AH%
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.607.106,71</b>	<b>1.804.552,84</b>	<b>-10,94</b>
		4.675.737,	
(+) Valor Bruto Contábil	4.760.373,27	85	1,81
		(2.871.185,01	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(3.153.266,56)	)	9,82
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
		<b>14.515.483,0</b>	
<b>Bens Imóveis</b>	<b>15.712.865,34</b>	<b>4</b>	<b>8,25</b>
		14.605.677,6	
(+) Valor Bruto Contábil	15.955.613,58	2	9,24
			169,1
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(242.748,24)	(90.194,58)	4
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
<b>Total</b>	<b>17.319.972,05</b>	<b>16.320.035,8</b>	<b>8 6,13</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

**Bens Móveis**

Os Bens Móveis do Campus Canoas em 31/12/2019 totalizavam R\$ 1.607.106,71 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 6 – Bens Móveis - Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	478.292,58	468.605,70	2,07
Bens de Informática	1.918.719,40	1.918.719,40	-
Móveis e Utensílios	1.623.272,89	1.567.994,90	3,53
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	562.083,72	542.413,17	3,63
Veículos	158.768,17	158.768,17	-

Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	-
Demais Bens Móveis	19.236,51	19.236,51	-
-Depreciação / Amortização Acumulada	(3.153.266,56)	(2.871.185,01)	9,82
Redução ao Valor Recuperável			
<b>Total</b>	<b>1.607.106,71</b>	<b>1.804.552,84</b>	<b>-10,94</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 40,97% refere-se a Bens de Informática, o qual é composto por:

**Tabela 7 -Bens Imóveis – Composição.**

Descrição	Valores Brutos Totais
Kit Didático com Softstarter e Inversor de Frequência	R\$ 59.000,00
Sistema de Ensino de Robótica	R\$ 165.000,00
Demais bens de Informática	R\$ 1.694.719,40
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.918.719,40</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

**Bens Imóveis**

Os Bens Imóveis do Campus Canoas em 31/12/2019 totalizavam R\$ 15.712.865,34 e estão distribuídos em duas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 8 - Bens Imóveis – Composição.**

R\$

	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Bens de Uso Especial	10.503.836,44	10.205.785,44	2,92
Bens de Uso Comum do Povo		-	-
Bens Dominicais		-	-
Bens Imóveis em Andamento	5.451.777,14	4.399.892,18	23,91
Instalações		-	
Demais Bens Imóveis		-	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros		-	
Redução ao Valor Recuperável		-	
Depreciação / Amortização Acumulada	(242.748,24)	(90.194,58)	169,14
<b>Total</b>	<b>15.712.865,34</b>	<b>14.515.483,04</b>	<b>8,25</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 65,83% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Campus Canoas, perfazendo o montante de R\$ 10.503.836,44 em 31/12/2019 a valores brutos.

O valor de R\$ 5.451.777,14 de Bens Imóveis em andamento se refere aos custos de construção da conclusão do prédio acadêmico apurados até o encerramento do exercício de 2019.

Em síntese, os bens de Uso especial mais relevante na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de um terreno, bloco administrativo, bloco de convivência, bloco de salas de aula/laboratórios, Prédio da Biblioteca e Coberturas entre os Prédios do Campus Canoas.

#### Tabela 9 - Bens de Uso Especial – Composição

R\$ milhares

	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Imóveis de Uso Educacional	10.503.836,4	10.205.785,4	2,92
	4	4	
<b>Total</b>	<b>10.503.836,4</b>	<b>10.205.785,4</b>	<b>2,92</b>
	<b>4</b>	<b>4</b>	

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

No quarto trimestre de 2019 houve aumento de R\$ 298.051,00 na Conta de Bens de Uso especial em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior decorrentes das incorporações do custo dos elevadores instalados no Campus no montante de R\$ 100.600,00 e do custo de R\$ 197.451,00 da construção das coberturas entre os prédios.



#### **(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

##### **(a.1) Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Até o encerramento do exercício 2019 os bens imóveis não foram reavaliados. Aguardando esses procedimentos da Reitoria.

##### **(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment***

O campus Canoas não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável em 30/09/2019.

##### **(a.3) Depreciação bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Em todo exercício de 2019 os valores de depreciação mensal de 02/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis aparece com os valores duplicados. Além disso, em 8 contas contábeis aparece outras diferenças que até o encerramento do exercício não foram identificadas. Foram abertos chamados para o setor de TI da Reitoria para resolver estas diferenças, porém ainda continuam pendentes. Em decorrência destas diferenças os saldos contábeis em 31/12/2019 das contas de depreciação dos bens móveis não são confiáveis.

##### **(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

## 9 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados.

Em 31/12/2019, o Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 64.810,09 relacionados a Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 31/12/2019.

**Tabela 10 – Intangível – Composição.**

R\$

	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	64.810,09	64.810,09	-
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
<b>Total</b>	<b>64.810,09</b>	<b>64.810,09</b>	-

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

### Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Os Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados, nem foram aplicados teste de recuperabilidade até o encerramento do exercício.

## 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O IFRS Campus Canoas não possui obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais registradas em suas demonstrações contábeis. Estas obrigações são registradas pela Reitoria do IFRS, de modo centralizado.

## 11 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2019, o IFRS Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 7.254,86 de obrigações a curto prazo, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das obrigações assumidas pelo IFRS Campus Canoas, em 31/12/2019:

**Tabela 11 – Obrigações a Curto e Longo Prazo – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.951,86	27.166,32	-89,13	40,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.303,00	26.281,46	-83,63	59,31
	<b>7.254,86</b>	<b>53.447,78</b>	<b>-86,43</b>	<b>100,00%</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0	0	-	100,00%
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

A maior parte do passivo do IFRS Campus Canoas com obrigações a curto e longo prazo se refere a demais obrigações em curto prazo, que representam 59,31% do total.

Em 31/12/2019, a UG 158265 - Campus Canoas apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.951,86 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar referente a Obrigações a Curto Prazo.

Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

**Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

(R\$)

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Circulante	2.951,86	27.166,32	- 89,13
Nacionais	2.951,86	27.166,32	- 89,13
Estrangeiros		-	
Não Circulante		-	
Nacionais (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)		-	
Estrangeiros		-	
<b>Total</b>	<b>2.951,86</b>	<b>27.166,32</b>	<b>- 89,13</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

Esta variação ocorreu principalmente porque no quarto trimestre de 2019 foram quitadas todas as obrigações com fornecedores, com exceção da nota fiscal 851 emitida pela empresa F&F Engenharia e Construção LTDA até o encerramento do exercício está em análise processo de penalização.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se o fornecedor com valores em aberto na data base de 31/12/2019.

**Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

(R\$)

	31/12/2019	AV (%)
Fornecedor A: 10.533.390.0001-19 F & F ENG. E CONSTRUCAO LTDA	2.951,86	100,00
<b>Total</b>	<b>2.951,86</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

(a) Fornecedor A: Construção do Prédio Acadêmico do Campus Canoas

b. Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Canoas registrou diminuição expressiva de -94,36%, na conta dos Tributos Federais a Pagar principalmente em razão da quitação de obrigações com seus fornecedores e por consequência com o Fisco Federal, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.

**Tabela 14 – Demais Obrigações a Curto Prazo - Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO, CULTURA E OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS	4.016,40	21.857,77	-81,62	93,34

IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOURO	189,45	3.357,74	-94,36	4,40
ISS	97,15	1.065,95	-90,89	2,26
DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	0,00	0,00	0,00%	0,00
RETENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – FRGPS	0,00	0,00	0,00%	0,00
SAQUE -CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO	0,00	0,00	0,00%	0,00
	<b>4.303,00</b>	<b>26.281,46</b>	<b>-83,63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

Neste grupo merece Depósitos e cauções em dinheiro recebidos decorrentes das garantias contratuais vigentes, por se tratar da conta mais representativa (93,34%).

c. Demais Obrigações a Longo Prazo

Não há registro de obrigações de longo prazo em nas demonstrações contábeis do IFRS Campus Canoas.

## 12 – Ajuste de Exercícios Anteriores

Na Unidade do Campus Canoas houve registros erroneamente de depreciação mensal de 02/2018 a 12/2018 no montante total de R\$ 551,76 decorrentes de 04 bens que não foram estornados esses registros ainda em 2018 e foram revertidos em 28/02/2019 devido a esta data ter sido feita a instalação desses 04 equipamentos. Assim se tornando disponível para uso na forma pretendida pela administração. Desta forma, foi contabilizado esse valor na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

## 12 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2019 foi Superavitário em aproximadamente R\$ 986.611,09 e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

**Tabela 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.133.813,72	7.276.449,35	-43,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.147.202,63	5.129.604,31	-38,65
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>986.611,09</b>	<b>2.146.845,04</b>	<b>-54,04</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

Observa-se que, no Resultado Patrimonial do Período, manteve-se superávitário em relação ao mesmo período de 2018, diminuindo o saldo credor em R\$ 1.160.233,95. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Resultado de Desvalorização de Ativos (confronto entre VPA de Valorização e Ganhos com Ativos x VPD de Desvalorização e Perda de Ativos)

A Variação do Resultado Valorativo de Ativos evidencia a diferença entre a conta Valorização e Ganhos com Ativos, com uma variação de -86,32%, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, e a conta Desvalorização e Perda de Ativos, que teve uma diminuição de -85,88% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ambas refletem, essencialmente, a baixa da conta de obras em andamento em razão da finalização da instalação dos elevadores e conclusão da construção das coberturas entre os Prédios do Campus Canoas no quarto trimestre de 2019 e ajuste de saldo do Spiunet no mesmo período.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas do resultado valorativo de ativos apurados até dezembro/2019, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

	<b>R\$</b>		
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS (I)</b>	<b>298.051,00</b>	<b>2.178.094,34</b>	-86,32
REAVLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	298.051,00	2.158.066,82	-86,19
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	-	20.027,52	-100,00
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS (II)</b>	<b>304.807,36</b>	<b>2.158.828,83</b>	-85,88
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	298.051,00	2.158.066,82	-86,19
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6.756,36	762,01	-100
<b>RESULTADO VALORATIVOS DE ATIVOS (I) – (II)</b>	<b>-6.756,36</b>	<b>7.237,99</b>	<b>-193,35</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

## II. Transferências e Delegações Recebidas

As transferências recebidas referem-se a recursos financeiros do Tesouro, para pagamento dos compromissos assumidos e bens recebidos em doação, com diminuição de 25,40%, sendo que este grupo representa 91,68 do total da VPA.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas das transferências recebidas até dezembro/2019, comparadas ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

	<b>R\$</b>		
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>3.785.925,02</b>	<b>5.038.871,34</b>	<b>-24,87</b>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS P/ EXERC. ORÇAMENTÁRIO	2.330.491,89	3.666.782,44	-36,44
TRANSFERÊNCIAS REC. P/ PAGTO DE RAP	1.425.324,97	1.348.439,56	5,7
MOVIMENTAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS	30.108,16	23.649,34	27,31
<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES</b>	<b>4.106,33</b>	<b>41.393,20</b>	<b>-42,59</b>
DOAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.815,27	41.393,20	-93,2

OUTRAS DOAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1291,06	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.790.031,35</b>	<b>5.080.264,54</b>	<b>-25,4</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

### III. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Em relação ao consumo de materiais houve uma diminuição de 37,12% em relação ao mesmo período anterior em virtude de lançamentos de ajuste. Esta conta representa 16,07% do total do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo em 2019. Segue comparativo da conta, conforme informações da tabela a seguir:

**Tabela 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	352.402,13	560.439,33	-37,12	16,07
SERVIÇOS	1.405.292,52	1.375.250,59	2,18	64,06
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	435.874,03	441.593,77	-1,3	19,87
<b>TOTAL</b>	<b>2.193.568,68</b>	<b>2.377.283,69</b>	<b>-7,73</b>	<b>100</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

**Tabela 19 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>4.133.813,72</b>	<b>7.276.449,35</b>	<b>-43,19</b>	<b>100</b>
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIC	40.729,20	15.666,00	159,99	0,99
VARIAÇÕES PATRIM. AUMENT.FINANCEIRAS	1.105,52	985,15	12,22	0,03
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.790.031,35	5.080.264,54	-25,40	91,68
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	298.051,00	2.178.094,34	-86,32	7,21
OUTRAS VPA's	3.895,95	1.439,32	170,68	0,09
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>3.147.202,63</b>	<b>5.129.604,31</b>	<b>-38,65</b>	<b>76,13</b>
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	2.193.568,68	2.377.283,69	-7,73	53,06
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	12.122,16	28.517,22	-57,49	0,29
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	304.807,36	2.158.828,83	-85,88	7,37
TRIBUTÁRIAS	5.278,32	4.454,94	18,48	0,13
OUTRAS VPD's	631.426,11	560.519,63	12,65	15,27
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>986.611,09</b>	<b>2.146.845,04</b>	<b>-54,04</b>	<b>23,87</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

## 13 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No terceiro trimestre de 2019 as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 42 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 2,898 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, mais de 81% das despesas empenhadas já foram executados.

## Receitas

As receitas realizadas no quarto trimestre de 2019, em comparação com as realizadas no mesmo período de 2018, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

**Tabela 20 – Receita Realizada – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS – PRINCIPAL	11.768,9	15.316,00	-23,16	27,97
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS – MULTAS E JUROS	44,52	-	100,00	0,11
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	641,00	315,00	103,49	1,52
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	-	35,00	-100,00	-
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR	1.061,00	975,10	8,81	2,52
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	28.320,00	-	100,00	67,31
MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	-	834,00	-100,00	-
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	236,68	-	100,00	0,56
RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	-	260,32	-100,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>42.072,10</b>	<b>17.735,42</b>	<b>137,22</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

Comparando-se as receitas realizadas no ano de 2019 com 2018, percebe-se uma evolução de aproximadamente 138% na arrecadação de receitas correntes.

Conforme evidenciado na tabela anterior 67,31% das receitas arrecadadas se refere à realização de Receita com Inscrição em Concursos e Processos Seletivos.

Outra origem de receita que merece ser comentada é Multas Previstas em Legislação Específica. De acordo com a IN PROEN 003/2017, esta receita contempla os recursos oriundos da cobrança de multa no atraso da devolução de materiais do IFRS.

## Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.



Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Diante disso, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia aproximada de R\$ 2,899 milhões, enquanto que no mesmo período de 2018, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 5,138 milhões. O empenho de despesas correntes corresponde a aproximadamente 88,71% de toda despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

**Tabela 21 – Despesas Empenhadas – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
DESPESAS CORRENTES	2.571.601,95	2.434.114,21	5,65	88,71
DESPESAS DE CAPITAL	327.239,41	2.703.960,65	-87,9	11,29
<b>TOTAL</b>	<b>2.898.841,36</b>	<b>5.138.074,86</b>	<b>-43,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

Tivemos uma redução no valor empenhado das despesas de capital em 87,90%. Isto é reflexo de menor repasse de recurso para despesas de capital pelo principal motivo de que em 2018 houve último repasse orçamentário e empenho na quantia aproximada de 2,4 milhões para conclusão do prédio acadêmico e que não houve em 2019 empenho nesse montante equivalente.

**Tabela 22 – Despesas Correntes – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	8.306,44	19.558,85	-57,53	0,32
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	605.877,59	534.146,93	13,43	23,56
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADOR	23.070,36	20.179,30	14,33	0,90
MATERIAL DE CONSUMO	180.497,30	128.013,19	41,00	7,02
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	220.582,07	293.427,28	-24,83	8,58
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.140,38	3.110,71	0,95	0,12
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	177,00	265,50	-33,33	0,01
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.441.349,57	1.359.918,60	5,99	56,05
SERVIÇOS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	45.919,36	37.692,30	21,83	1,79
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.783,89	4.609,98	90,54	0,34
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.418,16	90,33	2577,03	0,09
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.158,17	8.593,40	-16,70	0,28
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	24.321,66	24.507,84	-0,76	0,95
<b>TOTAL</b>	<b>2.571.601,95</b>	<b>2.434.114,21</b>	<b>5,65</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

Houve um aumento aproximadamente de 2.587% na conta de Despesas de Exercícios Anteriores em relação ao 4º trimestre de 2018. Isso ocorreu pelo principal motivo de diferenças retroativas a 2018 de repactuações de contratos de Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (vigilância, jardinagem, copeiragem etc...) terem sido concedidos somente em 2019.

**Tabela 23 – Despesas de Capital – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	-	6.777,00	-100,00	-

OBRAS E INSTALACOES	211.608,39	2.593.766,15	-91,84	64,66
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	115.631,02	103.417,50	11,81	35,34
<b>TOTAL</b>	<b>327.239,41</b>	<b>2.703.960,65</b>	<b>-87,90</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

## 14 – Restos A Pagar

O Campus Canoas inscreveu em Restos a Pagar Não Processados o valor total de R\$ 545.209,66 sendo R\$ 366.734,41 de Despesa de Custeio e R\$ 178.475,25 de Despesa de Capital. Segue demonstrativo:

**Tabela 24 – Inscrição RAP não Processado de 2019**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRIÇÃO RAP NÃO PROCESSADO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.571.601,95</b>	<b>2.204.867,54</b>	<b>366.734,41</b>
Outras Despesas Correntes	2.571.601,95	2.204.867,54	366.734,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>327.239,41</b>	<b>148.764,16</b>	<b>178.475,25</b>
Investimentos	327.239,41	148.764,16	178.475,25
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>2.898.841,36</b>	<b>2.353.631,70</b>	<b>545.209,66</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.898.841,36</b>	<b>2.353.631,70</b>	<b>545.209,66</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

Segue demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados Inscritos até o Exercício Anterior por grupo de despesa, fonte de recursos e a posição em 31/12/2019.

**Tabela 25 – Execução RAP não Processado de Exercício Anterior até 31/12/2019**

Grupo Despesa	Mês Lançamento	014/2019			
	Item Informação	40	42	44	46

		Fonte de Recursos		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO ANTERIOR Saldo R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS Saldo R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS Saldo R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS Saldo R\$ (Conta Contábil)
4	INVESTIMENTOS	00	RECURSOS ORDINARIOS	191.418,00		191.418,00	191.418,00
4	INVESTIMENTOS	08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.091.867,95		1.091.867,95	1.091.867,95
4	INVESTIMENTOS	<b>Total</b>		<b>1.283.285,95</b>		<b>1.283.285,95</b>	<b>1.283.285,95</b>
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	RECURSOS ORDINARIOS	141.272,42	1.642,19	139.630,23	139.630,23
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.995,95		1.995,95	1.995,95
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	<b>Total</b>		<b>143.268,37</b>	<b>1.642,19</b>	<b>141.626,18</b>	<b>141.626,18</b>
<b>Total</b>				<b>1.426.554,32</b>	<b>1.642,19</b>	<b>1.424.912,13</b>	<b>1.424.912,13</b>

Fonte: Siafi 2019 e 2018

O grupo de Investimentos apresentou inscrições de RPNP em 02 fontes:

Fonte 08: O valor principal que compõem o montante de R\$ 1.091.867,95 esta relacionado ao saldo inscrito de RPNP da obra de conclusão do prédio acadêmico.

Fonte 00: O valor principal que compõem o montante de R\$ 191.418,00 esta relacionado ao saldo inscrito de RPNP da construção das coberturas entre os prédios do Campus Canoas.

## 15 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019, A UG 158265 do Campus Canoas possuía um saldo de **R\$ 772.499,13** relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no quarto trimestre de 2019 a serem executadas. Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 26 – Obrigações Contratuais – Composição.**

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Aluguéis	5.124,53	22.053,39	-76,76
Fornecimento de Bens	-	-	

(R\$)

Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Seguros	-	6.673,68	-100
Serviços	767.374,60	1.245.287,12	-38,38
Demais	-	-	
<b>Total</b>	<b>772.499,13</b>	<b>1.274.014,19</b>	<b>-39,36</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 99,34% do total das obrigações assumidas pela UG Canoas IFRS 158265 até 31/12/2019.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 03 (três) contratados com os valores mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2019.

**Tabela 27 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.**

	(R\$)	
	31/12/2019	AV (%)
Contratado A 10.284.045/0001-99 NF COM. E SERVICOS EIRELI	241.428,00	31,25
Contratado B 02.016.440/0001-62 RGE SUL DIST. DE ENERGIA S.A.	234.660,93	30,38
Contratado C 26.925.413/0001-70 CONSTRUTORA MAIORCA EIRELI	138.181,38	17,89
Demais Contratos da UG 158265	158.228,82	20,48
<b>Total</b>	<b>772.499,13</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Os contratados A, B, C representam 79,52% do total a ser executado, conforme descrição abaixo:

- (a) Contratado A: - NF COM. E SERVICOS EIRELI – Manutenção Predial Campus Canoas
- (b) Contratado B: RGE Sul Dist. De Energia S/A – Fornecimento de Energia Elétrica para o Campus Canoas
- (c) Contratado C: CONSTRUTORA MAIORCA EIRELI – Readequação e PPCI Campus Canoas